



Além da leitura, as crianças participam de várias atividades

Ciranda de livros faz encontro pela 4ª vez

Um evento cultural que se torna hábito a cada último domingo do mês reuniu, ontem, na Funefor, dezenas de crianças em torno da leitura. É a Ciranda de Livros, promovida pela empresa Hoeschst e Fundação Educacional de Fortaleza, integrando atividades outras além do estímulo ao hábito do livro.

Com uma programação que incluiu desde a hora de leitura, hora do conto, passando por atividades de desenho livre até a apresentação de um teatrinho de fantoches, a Ciranda de Livros marcou a quarta etapa este ano dessa promoção, criada com a finalidade exatamente de dar a população infanto-juvenil dos bairros de Fortaleza um espaço livre para que elas disponham do lazer.

Para uma das coordenadoras do evento, Maria José Cochrane Sampaio, a gurizada fez uso do acervo da biblioteca existente na escolinha Prefeito Vicente Fialho, constituída de obras de autores nacionais enfocando os mais diversos temas. Livros como "O Lobo e o Espaço", de Fausto Cunha, "Cão Vivo, Leão Morto" de Haroldo Bruno, "Pinote, o fracote e Janjão, o forão" de Ary Quintela e "Ida e

Volta" de Juarez Machado, marcaram as alegrias das crianças que tiveram também hora de merenda patrocinada por empresas cearenses.

CULTURA

A essa atividade que já ganhou as atenções do público infanto-juvenil, em se juntar a partir de agora uma outra destinada a atender a população de faixa etária mais abrangente. É a "Tarde de Cultura", que sexta-feira realizou sua primeira etapa em meio a participação da comunidade que teve oportunidade de praticar diversas atividades artístico-culturais, além de trabalhar ela mesma em peças de artesanato popular.

Um show foi organizado com a presença de cantadores e violeiros, além da presença do Madrigal da Fundação Cultural sob a regência do maestro Antonio Gilberto de Oliveira, oportunizando aos presentes ouvirem peças dos diversos períodos da história da música. A próxima etapa da "Tarde de Cultura" será no próximo dia 29, enfocando temas regionais ligados ao calendário junino.

"Pau-de-Bandeira" abre a festa de Santo Antônio

Juazeiro do Norte (Sucursal do Cariri) — Mais de cinco mil pessoas assistiram ontem pela manhã a abertura oficial da Festa de Santo Antônio, em Barbalha, acontecimento religioso-popular dos mais tradicionais na Região do-Cariri, somente superado pelas romarias de novembro em Juazeiro do Norte. A festa de Santo Antônio teve início às 10 horas com uma passeata, onde se destacavam os grupos folclóricos. Como bandas cabaças e grupos de reizado, além da animação popular feita por um carro de som.

O governo no Estado esteve representado pelos secretários Barros Pinho, do Turismo, e Eudoro Santana, da Agricultura e Reforma Agrária.

Como convidado especial do prefeito João Hilário Coelho Correia, participou dos atos oficiais o prefeito de Aracajú, Jackson Pereira.

O MELHOR

A festa de Santo Antônio, em Barbalha, vai até o dia 14 próximo e o melhor momento das comemorações de ontem ficou por conta do já tradicional hasteamento do "pau-da-bandeira". Ao meio-dia, cerca de duas mil pessoas se deslocaram até um sítio do Município para trazer o pau da bandeira, com cerca de 23 metros e pesando duas toneladas. A festa é popular e um cidadão vestido de padre distribuiu cachaça na ida e na volta do sítio. O que faz com que os populares fiquem animados e não reclamem do

peso. O "pau-da-bandeira" é afixado na Praça da Matriz e um morador hasteia a bandeira do Santo padroeiro.

Esse ponto da festa é o mais comemorado pelos populares da região e visitantes, que, segundo o prefeito João Hilário, este ano pode chegar aos 50 mil. A chegada do "pau-da-bandeira" à Praça da Matriz é acontecimento indescritível, pelo seu lado folclórico e de credulidade. Uma dessas credulidades é a de que toda moça que tocar no pau da bandeira casa no mesmo ano.

O prefeito João Hilário conta que houve um ano em que trouxe o pau com casca e tudo. Ele então empunhou um microfone e disse que as moças que levassem para casa um pedaço da casca casaria ainda durante a festa. Em pouco tempo, não sobrou nada das cascas do pau da bandeira.

BARRACAS

Para os visitantes e o povo da cidade, outra grande atração são as barracas típicas. Este ano são mais de 70, onde os populares podem encontrar desde comida até o artesanato da região. Ontem a noite aconteceu o primeiro "show" de Luiz Gonzaga, especialmente convidado para animar os festejos de Santo Antônio. Há muita animação e a previsão de que a festa baterá o recorde de público e renda. O prefeito espera que no decorrer da festa muitas visitas ilustres aconteçam, entre elas a do governador Tasso Jereissati, que ainda não marcou data.

Professores exigem uma posição de Tasso sobre extinção do piso

Categoria se mobiliza e marca assembléia para dia 9, reunindo Capital e Interior

A liminar expedida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspende a concessão do piso salarial aos professores da rede oficial de ensino, está gerando revoltas entre a categoria. A medida, arguida pelo advogado Eduardo Pragmácio de Lavor Teles, devido à inconstitucionalidade das leis que criam o piso, abre espaço para discussões em torno de sua legitimidade, a partir do instante em que fere os direitos da classe de conquista do piso — estabelecido por lei.

Nesse sentido já está marcada, para o próximo dia 09, reunião com professores da Capital e do Interior, onde, em assembléia geral, debaterão o problema e tentarão as possíveis saídas. Na realidade, o que se faz urgente, de acordo com Fausto Arruda, presidente da Associação dos Professores de Estabelecimentos Oficiais do Ceará (APEOC), é o pronunciamento do governador do Estado, Tasso Jereissati, no que se refere à questão. "O que está ocorrendo passa, obrigatoriamente, pelo governador, quando, por ocasião da campanha eleitoral, mandou carta assinada de próprio punho para toda a categoria comprometendo-se com as conquistas do magistério, inclusive, a do piso salarial", ressalta.

para o presidente da APEOC, a luta de quatro anos para a conquista do piso salarial para os professores foi travada em fortes bases, e não será, por conta da arguição de sua inconstitucionalidade, jogada por terra. "A fundamentação para a arguição da inconstitucionalidade representa, para nós, prova de incompetência por parte de quem arguiu e de quem acatou, visto que o artigo 57 que se refere ao estabelecimento de remuneração, dispõe que em relação aos Estados, é competência do governador a estipulação dos salários", argumenta Fausto Arruda.

No caso da categoria dos professores pesa ainda o agravante de que a concessão do piso, assinada em 03 de outubro do ano passado, pelo então governador Gonzaga Mota; passou pela aprovação do Poder Legislativo Estadual. Para Adísia Sá, professora aposentada da Universidade Estadual do Ceará (UECE), mais que uma medida isolada que agrava a cada professor individualmente, a suspensão do piso vai de encontro a uma luta histórica, referendada por uma lei que passou pelo crivo de análises profundas.

"No bojo dessa conquista há aparatos políticos, onde o governo do Estado, independentemente da pessoa do governador Tasso Jereissati, tem que entrar na luta com a classe, no dever de comprometer-se com seus direitos", salienta Adísia Sá. Para a professora, não somente o chefe do Executivo Estadual, mas também todos que de alguma forma estão envolvidos na luta do magistério — e aí se encaixa o próprio Poder Legislativo estadual, responsável pela aprovação da mensagem — estão comprometidos

na batalha pela concessão do piso.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a professora Adísia Sá entende que o piso de três salários mínimos conseguido pela categoria não pode passar como sendo concessão do ex-governador Gonzaga Mota. "A concessão é do Estado, que deve salvaguardar sua postura jurídica e ética", defende. No que diz respeito ao aspecto jurídico, tem segurança de que "a luta histórica dos professores do Ceará vai ser recomposta por uma medida judicial", ressaltando que como cidadã e envolvida no problema, vai lutar até o fim.

Também como ela, pensa Anderson Maia Cataldo, presidente da Associação dos Servidores da Secretaria da Educação do Estado, que é de opinião que a classe deve se mobilizar para garantir seus direitos. Para ele, é imprescindível, nesse momento, o apoio do Governo, que, junto com os servidores, deve chegar a negociações que não prejudiquem o poder aquisitivo da categoria, já tão corroído pela crise econômica por que passa o País.

Deve-se levar em consideração, inclusive, conforme Anderson Ca-

taldo, que o mês de abril já foi pago ao funcionalismo da Educação, tendo como base o piso vinculado ao salário mínimo. Taxativo, observava ser incoerente, por conta da liminar, que haja retrocesso nos salários, com diminuição nos vencimentos. "Ninguém pode em um mês receber X e, no outro, menos X". Para ela, mais inconstitucional do que a concessão de um salário digno para o magistério é, certamente, os altos vencimentos pagos a um deputado estadual.

Para a professora Adísia Sá, é uma falácia e um engodo de raciocínio considerar o piso como inconstitucional. "Não critico a liminar, visto que é um direito sua arguição e expedição. A suspensão da conquista não é a palavra final. É apenas o sinal de que devemos começar a lutar, arregimentando nossas forças, para sua derrubada", enfatiza.

NÍVEIS

Para os professores da UECE, o piso, se mantido, seria de 10 salários mínimos. Para o terceiro pedagógico seria de três mínimos e cinco para a Licenciatura Plena.

Fazenda vai examinar a questão

O secretário da Fazenda, Francisco José Lima Matos, examinará hoje a questão salarial dos professores da rede oficial de ensino, que deverá sofrer transformações por conta da inconstitucionalidade de arguida pelo advogado Eduardo Pragmácio de Lavor Teles. Para ele, o assunto — polêmico — deverá dar início a uma série de discussões de como ficará a base de salário do magistério.

Quanto ao que já foi pago, o mês de abril, o Secretário assegura que não terá problemas, visto que a me-

da passa a vigorar a partir da expedição da liminar. O mês, no entanto, não foi pago com o reajuste que corresponde ao piso salarial da categoria, e sim com um aumento padrão. Como o piso está distribuído em oito faixas salariais, o Seprace não teve condições de calculá-los para a confecção dos cheques salariais, que seriam quitados através de folha suplementar.

A diferença seria paga até o próximo dia 10, juntamente com a folha referente a maio. Como não foram

confeccionadas ainda as folhas de maio, provavelmente esta só se dará quando da resolução do problema. De acordo com o Secretário da Fazenda, a medida do Supremo Tribunal Federal encerra polêmica porque, na realidade, há proibições claras de vinculação de pisos de categorias ao salário mínimo. "O salário mínimo foi criado para estabelecer um teto que permitisse a sobrevivência de famílias de baixa renda. A vinculação pode distorcer o sentido para o qual ele foi instituído", declarou.

Josino: Uma medida "polítiquieira" de Mota



Silvio: Estado não recorrerá

de autorização do Presidente da República.

DERRUBADA

O causídico informa ainda que, com essa decisão da derrubada do piso dos professores, é a segunda vez que foi reconhecida a inconstitucionalidade de lei sancionada por Gonzaga Mota. "A primeira foi a 'Geni', que permitia incorporação de vantagens aos salários. E a terceira vem aí a da pensão parlamentar", observa Josino adiantando que a arguição da ilegalidade dessa lei já está sendo encaminhada.

Quanto à possibilidade da Procuradoria Geral do Estado recorrer à

decisão do Supremo e fazer alguma coisa para sustar informa que o órgão não pode fazer nada. "Se puder fazer alguma coisa seria feita para manter. Poderia tentar modificar a medida do Supremo, mas até por uma questão de lógica não o fará, pois a lei prejudicava as finanças e o governador não terá interesse em discutir vigência de uma lei dessas", considera o advogado Roberto Josino.

Sobre a manutenção dos pisos salariais dos professores, se Tasso Jereissati, pressionado ou não, quisesse manter diz qual seria o procedimento. "Ele teria que enviar o projeto à Assembléia Legislativa do Estado para apreciação e depois se aprovada poderia sancionar", explica acrescentando que agora já existe uma lei federal que dá esse poder aos governadores — a questão dos "gatilhos salariais".

PROCURADORIA

O Procurador Geral do Estado advogado Silvio Braz, informou ao O POVO que ainda não foi recebida a comunicação oficial da suspensão do pagamento do piso aos professores. afirmou contudo que "o Governo tem muita boa vontade com a classe. Tanto assim que mesmo sabendo dessa representação", diz referindo-se a liminar de sustação, "ele pagou o salário do mês de abril". Explicou ainda que o Governo está aberto à negociação e apesar da inconstitucionalidade comprovada está disposto a conversar com a

categoria para encontrar uma saída através de um instrumento adequado.

O Procurador lembrou também que a exemplo na lei "Geni" o Estado não cogita a devolução do que já foi pago. "Mesmo que venha ser julgada em definitivo a inconstitucionalidade", complementou. Resaltou também com relação a matéria que não é constitucional a fixação de remuneração vinculada a índices móveis como o salário mínimo. Ou seja, o mínimo só se aplica a pessoal da administração indireta com exceção das autarquias. "Toda a despesa pública é fixada no orçamento. Assim se se vincula salário a índice, fica impossível controlar o orçamento", explica Braz.

Argumenta que, além disso com tal medida desapareceria a autonomia do Estado que passaria a depender da política salarial do Governo Federal. O advogado diz ainda que "se já se tem consciência da inconstitucionalidade do piso dos professores e a Procuradoria não vai recorrer. Silvio Braz aproveitou a oportunidade para esclarecer sobre o salário mínimo de Cz\$ 1.348 concedido ao funcionalismo que segundo ele é o oficial. E quando se comenta que o Governo não estaria pagando o mínimo e assegurando que ele está em Cz\$ 1.641,60 existe uma explicação. "Esse é o salário mais o gatilho", esclarece.

Adianta que a esse reajuste (gatilho) o funcionário público não tem direito nem o Governo pode conceder.

DOMINGOS OLÍMPIO

AUTOR DE "LUZIA HOMEM"

O Jornal O POVO apresenta amanhã no 2º caderno, o projeto "A HISTÓRIA DO CEARÁ PASSA POR ESTA RUA", que tem como objetivo estimular a pesquisa histórica e o culto da memória de nosso povo.

O personagem será Domingos Olimpio, jornalista, cronista e romancista consagrado.

Domingos Olimpio Braga Cavalcante, nascido em 1851, em Sobral é autor do romance "Luzia Homem", cuja história foi adaptada para o cinema, rodado recentemente no Ceará, pela produtora do cineasta Luis Carlos Barreto.

O patrocínio cultural do projeto é de Gerardo Bastos S/A, empresa líder no mercado de pneus e que procura resgatar para a comunidade os mais edificantes exemplos de nomes ilustres do nosso passado histórico.

"A HISTÓRIA DO CEARÁ PASSA POR ESTA RUA"

PATROCÍNIO:

Gerardo Bastos S/A

Onde um pneu é um pneu.

Rua Princesa Isabel, 900 - Fone: 231.8322
Av. Antônio Sales, 1428 - Fone: 244.1155

REALIZAÇÃO:

O POVO